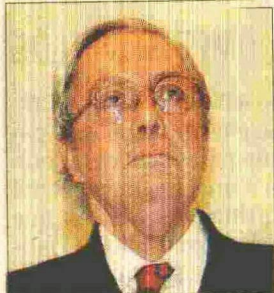


Dinheiro para união

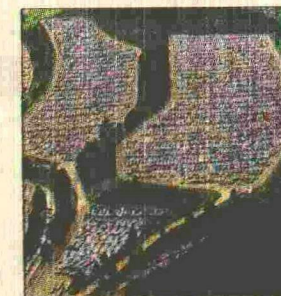
Lessa diz que BNDES pode financiar fusão entre Varig e TAM.
Página 8



& NEGÓCIOS

Economia**Estoques secretos**

Montadoras param de divulgá-los, alegando que a análise está prejudicada.
Página 14



SÁBADO, 8 DE FEVEREIRO DE 2003

ECONOMIA - BRASIL

Governo quer superávit de 4,25% do PIB

Meta para este ano será obtida com economia de R\$ 68 bilhões nas contas públicas

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – O governo elevou a meta de resultado das contas públicas deste ano, o chamado superávit primário, de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB) para 4,25% do PIB, segundo anunciou ontem o ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Trata-se da maior meta de superávit primário da história do País. Considerando um PIB de R\$ 1,6 trilhão, o governo se propõe a fazer uma economia maior, passando a meta de R\$ 60 bilhões para R\$ 68 bilhões. Ou seja, será feito um esforço fiscal adicional de R\$ 8 bilhões. O dado refere-se ao superávit primário do setor público consolidado – a diferença entre receitas e despesas (exceto gastos com juros) dos governos federal, estaduais, municipais e empresas estatais.

“Estou seguro de que uma política fiscal firme só tem impactos positivos na economia”

Antônio Palocci, ministro da Fazenda

presidente Luiz Inácio Lula da Silva com todo o Ministério. Somente nessa reunião será divulgada a forma com que se pretende chegar ao superávit de R\$ 68 bilhões, ou seja: qual o nível de receitas e despesas, e qual o nível de contenção de gastos nos ministérios. Também nos próximos dias serão detalhadas as metas do Ministério da Fazenda para este ano, que também deixarão mais claro como o governo pretende atingir esse resultado fiscal.

“Nós tínhamos a preocupação que o superávit de 3,75% do PIB seria insuficiente para cumprir o objetivo de estabilizar a dívida”, disse Palocci. Ele comentou que o resultado do ano passado, de 3,91% do PIB, foi “uma evolução importante”, mas um resultado ainda maior deveria ser perseguido para fazer “o necessário para garantir a sustentabilidade da dívida”. A nova meta, combinada com a evolução das reformas econômicas, deverá proporcionar queda da dívida pública em relação ao PIB neste ano.

O ministro informou que 4,25% não é nem o menor superávit possível, nem o maior a que os técnicos conseguiram



chegar, mas o necessário. “A meta guarda um grau de realismo com as dificuldades enfrentadas pelo País, mas nossa meta é também preservar a política social do governo”, disse Palocci. Segundo o ministro, a meta foi calculada levando em conta um “esforço fiscal”, mas os gastos em projetos sociais serão preservados.

Desigualdade – “Estou seguro de que uma política fiscal firme só tem impactos positivos na economia”, respondeu Palocci, quando questionado sobre o custo social da nova meta. “A nossa política não favorece as bolhas de crescimento, mas um crescimento sustentado.” O ministro explicou que um quadro de estabilidade macroeco-

nômica é condição para a retomada do crescimento econômico e para iniciar as mudanças pretendidas pelo governo. “E esse ponto não é só retórico, ele traz a questão social como estruturante.” Segundo Palocci, “atacar a desigualdade na distribuição de renda no País é inadiável”.

Palocci disse que o presidente Lula participou da decisão. “Ele tem debatido a questão fiscal desde a eleição”, lembrou o ministro, citando a Carta ao Povo Brasileiro, divulgada em junho de 2002. Nela, o presidente se compromete a perseguir o nível de superávit primário necessário para manter o endividamento público sob controle.

Segundo o documento distribuído pelo ministro, o aumen-

to da meta “reflete a determinação” do presidente, “que desde junho de 2002 tem reafirmado a necessidade de dar sustentabilidade à dívida pública”. “Esse compromisso vale para agora e para o futuro”, afirma o documento.

O ministro disse ainda estar certo de que o Fundo Monetário Internacional (FMI), que enviará uma missão ao País na próxima semana, não se oporá à nova meta. Ele contou que, antes mesmo da posse, conversou com integrantes do Fundo e disse que a meta de superávit primário seria decidida pelo Brasil de forma autônoma. Segundo o ministro, não houve oposição quanto a isso.

■ Mais informações nas páginas 3 e 4